

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, QUIROGRAFÁRIAS, EM SÉRIE ÚNICA, DA COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN

Pelo presente instrumento particular,

1. **COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN**, companhia aberta com sede em Natal, Estado do Rio Grande do Norte, na Rua Mermoz, 150, Bairro Baldo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.324.196/0001.81, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada "**Emissora**"); e
2. **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, com sede no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, bloco 04, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social, representando a comunhão de titulares das debêntures objeto da presente emissão (doravante denominados "**Agente Fiduciário**" e "**Debenturistas**", respectivamente),

(doravante denominadas, conjuntamente, "**Parte**" ou "**Partes**"),

vêm, por esta e na correta forma de direito, celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Quirografárias, em Série Única, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN" (doravante denominada "**Escritura**"), contendo as seguintes cláusulas e condições:

CAPÍTULO I - DA AUTORIZAÇÃO

I.1. Esta Escritura é celebrada com base na deliberação tomada na Assembléia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 08 de agosto de 2005 ("**AGE**").

I.2. A reunião do Conselho Fiscal da Emissora, realizada em 26 de julho de 2005, opinou favoravelmente à presente emissão.

I.3. Adicionalmente, o Conselho de Administração da Emissora aprovou, em reunião realizada em 12 de setembro de 2005, ao final do Procedimento de *Bookbuilding* ("**RCA**"), conforme definido na Cláusula V.4.1, a Remuneração aplicável às Debêntures, o número de séries e a quantidade de Debêntures a serem emitidas.

CAPÍTULO II - DOS REQUISITOS

II.1. A 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora (doravante denominadas a "**Emissão**" e as "**Debêntures**") é feita com observância dos seguintes requisitos:

II.1.1. Arquivamento e publicação de deliberações societárias. A ata da AGE foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte sob o nº 24122304, em 29 de agosto de 2005, e foi publicada no "Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte" e no jornal "Valor Econômico" em 31 de agosto de 2005. Adicionalmente, a ata da RCA será igualmente arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte e publicada no "Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte" e no jornal "Valor Econômico".

II.1.2. Inscrição da Escritura e de seus aditivos. Esta Escritura, bem como seus aditivos, serão inscritos na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte.

II.1.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários. A distribuição pública das Debêntures será registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), na forma da Lei nº 6.385, de 7 de



dezembro de 1976, e alterações posteriores, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro 1976, e alterações posteriores ("Lei nº 6.404/76"), da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução nº 400/03"), e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

II.1.4. Aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica. A presente Emissão foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL ("ANEEL") em 29 de agosto de 2005, por meio do despacho nº 1.089, publicado no Diário Oficial da União, em 31 de agosto de 2005.

II.1.5. Registro para distribuição no mercado primário. Foi solicitado registro para distribuição no mercado primário por meio do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA"), sendo a subscrição liquidada pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP").

II.1.6. Registro para negociação secundária. Foi solicitado registro para negociação no mercado secundário, (a) no Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela ANDIMA, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP, segundo as respectivas normas e procedimentos; e (b) no Sistema BovespaFix ("BovespaFix"), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa ("Bovespa"), sendo a negociação e a liquidação na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC").

II.1.7. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento. A oferta das Debêntures será estruturada de acordo com o Código de Auto-Regulação para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários da Associação Nacional dos Bancos de Investimento, de 16 de janeiro de 2002 ("Código de Auto-Regulação" e "ANBID", respectivamente), e registrada na ANBID, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro na CVM, nos termos do artigo 22 do Código de Auto-Regulação, pelo coordenador líder da Emissão ("Coordenador Líder"), conforme definido no "Contrato de Distribuição Pública, Sob Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Quirografárias, em Série Única, da 3ª Emissão da Companhia Elétrica do Rio Grande do Norte" ("Contrato de Distribuição"), celebrado entre a Emissora e os Coordenadores da Emissão (conforme definição no Contrato de Distribuição).

CAPÍTULO III – DO OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

Atualmente, a Emissora tem por objeto social estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, bem como atividades associadas ao serviço de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União Federal ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo.

A partir de setembro de 2005, de acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, conforme definido na Cláusula VII.2, § 1º, as atividades da Emissora estão restritas à distribuição de energia elétrica, lhe sendo vedado o exercício de qualquer outra atividade estranha à atividade de distribuição.

CAPÍTULO IV – DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Observada a forma de integralização prevista na Cláusula V.16, o montante líquido obtido pela Emissora com a distribuição pública das Debêntures será destinado para (i) o resgate antecipado integral das debêntures da 2ª (segunda) emissão de Debêntures, e para (ii) resgate antecipado de outras operações financeiras da Emissora.



CAPÍTULO V - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

As Debêntures terão as seguintes características:

V.1. Número de ordem da Emissão. Esta é a 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora.

V.2. Valor total da Emissão. O valor total da Emissão é de R\$ 179.000.000,00 (cento e setenta e nove milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definido na Cláusula V.12.

V.2.1.1. Fica desde já esclarecido que a Emissão não contempla a opção de distribuição de lote suplementar prevista no artigo 24 da Instrução CVM nº 400/03, bem como a faculdade de a Emissora emitir Debêntures adicionais, nos termos do artigo 14, §2º da referida Instrução.

V.3. Valor nominal unitário. O valor nominal unitário das Debêntures ("Valor Nominal Unitário") será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão.

V.4. Número de séries. As Debêntures serão emitidas em uma única série.

V.4.1 Foi realizado Procedimento de *Bookbuilding*, conduzido para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros ("Procedimento de *Bookbuilding*") no qual foi definido, de acordo com as condições de mercado a época da colocação, que as Debêntures serão emitidas em uma única série.

V.4.2 Ao final do Procedimento de *Bookbuilding*, foi ratificado, pela RCA: (i) o valor total da emissão; (ii) a remuneração das Debêntures; e (iii) a emissão das Debêntures em uma única série.

V.5. Atualização do Valor Nominal Unitário. Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

V.6. Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 17.900 (dezesete mil e novecentas) Debêntures em série única.

V.6.1 Distribuição Parcial. Não haverá quantidade ou valor mínimo de colocação para efetivação da Emissão. A presente Emissão somente será efetivada na hipótese de colocação da totalidade das Debêntures ofertadas.

V.7. Forma. As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, e não contarão com a emissão de certificados representativos. Para todos os fins e efeitos de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Banco Bradesco S.A., instituição depositária responsável pela escrituração das Debêntures ("Instituição Depositária"). Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos e, para as Debêntures custodiadas na CBLC, será por esta expedido relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLC.

V.8. Convertibilidade em ações. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

V.9. Espécie. As Debêntures serão quirográficas.

V.10. Limite da Emissão. Tendo em vista que, na data de celebração da presente Escritura, o capital social autorizado da Emissora é de R\$179.787.268,58 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e oitenta e sete mil e duzentos e sessenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), encontra-se atendido o limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei nº 6.404/76.



V.11. Colocação. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. O público alvo é composto por (i) quaisquer investidores, pessoas físicas ou jurídicas, não qualificados, clientes dos Coordenadores, desde que atestem ter tido amplo conhecimento dos termos, condições e riscos inerentes à Emissão e acesso aos Prospectos Preliminar e Definitivo, assim como (ii) pelos investidores institucionais ou qualificados, (conforme definição do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004. . As Debêntures serão colocadas sob regime de garantia firme de subscrição, nos termos do Contrato de Distribuição.

V.12. Data de emissão. Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será 01 de setembro de 2005 ("**Data de Emissão**").

V.13. Prazo e data de vencimento. As Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contado da Data de Emissão, vencendo em 01 de setembro de 2010 ("**Data de Vencimento**").

V.14. Prazo para subscrição. As Debêntures serão subscritas em até 6 (seis) meses, contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição da presente Emissão.

V.15. Preço de subscrição. O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, conforme definido na Cláusula V.18, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, conforme definido na Cláusula V.16 ("**Preço de Subscrição**").

V.16. Formas de subscrição e integralização. A subscrição das Debêntures será efetuada por meio dos procedimentos da CETIP. O pagamento do Preço de Subscrição será realizado à vista, no ato da subscrição ("**Data de Integralização**"), em moeda corrente nacional.

V.17. Pagamento do Valor Nominal Unitário.

V.17.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago pela Emissora em 5 (cinco) parcelas iguais, semestrais e sucessivas a partir do final do 36º (trigésimo sexto) mês, inclusive, contado da Data de Emissão ("**Amortização**" ou "**Amortizações**"), de acordo com a tabela abaixo:

	Datas	% do Valor Nominal das Debêntures
1.	01 de setembro de 2008	20
2.	01 de março de 2009	20
3.	01 de setembro de 2009	20
4.	01 de março de 2010	20
5.	01 de setembro de 2010	20

V.18. Remuneração.

V.18.1. Remuneração das Debêntures. Sobre o saldo do Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação percentual acumulada da taxa média diária do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, extragrupo ("**Taxa DI**"), calculada e divulgada pela CETIP, capitalizada de um *spread* ("**Spread das Debêntures**") de 1,30% (um inteiro e trinta centésimos por cento), base 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula expressa na Cláusula V.18.1.3 (*Spread* das Debêntures, em conjunto com a Taxa DI, denominados "**Remuneração das Debêntures**").

V.18.1.1. A Remuneração das Debêntures será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das



Debêntures, ou pelo saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, desde a Data de Emissão, ou da data do vencimento de juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento. O *Spread* das Debêntures foi definido em Procedimento de *Bookbuilding*.

V.18.1.2. O Procedimento de *Bookbuilding* consiste na verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures da Emissora em diferentes níveis de taxa de juros. Ao final deste procedimento, a RCA ratificou o *Spread* das Debêntures sobre a Taxa DI e o volume da Emissão, conforme o artigo 59, § primeiro, da Lei nº 6.404/76.

V.18.1.3.1 Define-se:

- i) Período de Vigência de Juros: espaço de tempo que se inicia na Data de Emissão e se encerra na Data de Vencimento das Debêntures;
- ii) Período de Capitalização: intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração das Debêntures correspondentes ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. A Remuneração das Debêntures correspondente ao Período de Capitalização será devida semestralmente, sendo o primeiro vencimento em 01 de março de 2006 e o último em 01 de setembro de 2010;
- iii) Subperíodo de Capitalização: prazos definidos de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que:
 - a) o primeiro Subperíodo de Capitalização inicia-se na Data de Emissão e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data;
 - b) os Subperíodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI no vencimento do subperíodo anterior, entendendo-se como o novo subperíodo em vigor o prazo desta taxa, sendo que o último Subperíodo de Capitalização terá seu vencimento na mesma data de vencimento do Período de Capitalização; e
 - c) as taxas dos subperíodos são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis* por dias úteis para a Taxa DI e por dias úteis para o *spread*, se necessário, até a data do efetivo pagamento da Remuneração das Debêntures, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

V.18.1.3.1 A Remuneração das Debêntures será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$(J = VNe \times (FatorJuros - 1)), \text{ onde:}$$



“J” corresponde ao valor unitário dos juros flutuantes, acrescido de *spread*, acumulado no período, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; devidos no final de cada Período de Capitalização.

“VNe” corresponde ao valor nominal de emissão da Debênture no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

“Fator Juros” corresponde ao fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}), \text{ onde:}$$

“Fator DI=” corresponde ao produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado, da Data de Emissão, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k),$$

“n” corresponde ao número total de Taxas DI consideradas na atualização do ativo, sendo “n” um número inteiro;

“TDI_k” corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1,$$

“DI_k” corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

d_k = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI Over, sendo “d_k” um número inteiro;

“Fator Spread” corresponde ao *spread* de juros fixos calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:




spread = *Spread* das Debêntures, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

n = é o número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, ou a Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Remuneração, sendo "*n*" um número inteiro;

DT = é o número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "*DT*" um número inteiro; e

DP = é o número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "*DP*" um número inteiro.

V.18.1.3.2 Para efeito dos cálculos previstos no item anterior uma vez o Fator *DI* estando acumulado, considera-se o fator resultante com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

18.1.3.3 A Taxa *DI* deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

V.18.1.4. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa *DI* quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa *DI* conhecida, acrescida do *Spread* das Debêntures, se houver, até a data da aferição, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto pelos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa *DI* respectiva.

V.18.1.5. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa *DI* pela CETIP por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal, será utilizado em sua substituição o índice que vier a ser determinado legalmente como seu substituto, se houver, caso o mesmo contenha características semelhantes à Taxa *DI*. Na ausência de critério legal substituto com características semelhantes à Taxa *DI*, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na Cláusula V.18.1 e seguintes, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa *DI* conhecida, acrescida do *Spread* das Debêntures, até a data da deliberação da AGD.

V.18.1.5.1. Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre titulares de Debêntures representando pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação e a Emissora, as Debêntures deverão ser resgatadas pela Emissora, na sua totalidade, no prazo de 20 (vinte) dias úteis contado da data da realização da AGD, pelo saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures (aplicando-se a última Taxa *DI* divulgada) devida até a data do resgate, calculada pro rata temporis, a partir da Data de Emissão ou data do último pagamento da Remuneração das Debêntures, o que ocorrer por último. O resgate ao qual se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza. As Debêntures resgatadas pela Emissora serão canceladas.

V.19. Periodicidade do Pagamento da Remuneração. A Remuneração das Debêntures será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, razão pela qual o 1º (primeiro) pagamento ocorrerá em 01 de março de 2006 e o último, em 01 de setembro de 2010. Farão jus à Remuneração das Debêntures os titulares das Debêntures que assim constem na Instituição Depositária ao final do dia útil anterior à data de seu pagamento.

V.20. Local de pagamento. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no mesmo dia de seu vencimento, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP ou pela CBLC, ou por meio do Banco Depositário, para os titulares das Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC.



V.21. Banco Mandatário e Banco Depositário. O banco mandatário e banco depositário das Debêntures será o Banco Bradesco S.A. ("**Banco Mandatário**").

V.22. Fundo de Amortização. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

V.23. Aquisição Facultativa. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, por preço igual ou inferior ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração *pro rata* devida até a data de aquisição e ainda não paga aos debenturistas, observado o disposto no § 2º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76.

V.23.1. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

V.24. Repactuação. Não haverá repactuação das Debêntures.

V.25. Resgate Antecipado Facultativo. A Emissora poderá resgatar antecipadamente todas as Debêntures em circulação a partir do 30º (trigésimo) mês a contar da Data de Emissão, inclusive. O resgate antecipado poderá ser total ou parcial, pelo Valor Nominal Unitário da Debênture, na Data da Emissão, acrescido da Remuneração devida até a data do pagamento das Debêntures resgatadas e de prêmio equivalente a 0,80% (oitenta centésimos por cento) sobre o saldo a ser resgatado. As Debêntures resgatadas serão canceladas.

V.25.1 Na hipótese de deliberação de resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser realizado na presença do Agente Fiduciário e com divulgação pela imprensa, de acordo com o item V.29 abaixo, inclusive no que concerne às regras do sorteio, nos termos do artigo 55, §1º da Lei nº 6.404/76.

V.25.2 Na hipótese das Debêntures registradas na CETIP, a operacionalização do resgate parcial dar-se-á, conforme regulamento do SND, através de operação de compra e venda definitiva, no mercado secundário, das Debêntures registradas no referido sistema. Todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades, por debenturista, a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate parcial, não haverá a necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

V.25.3 Na hipótese das Debêntures registradas no BOVESPA FIX, as Debêntures serão resgatadas segundo os procedimentos definidos pela CBLC e, na hipótese das Debêntures não estarem vinculadas ao CETIP ou CBLC, as Debêntures serão resgatadas através da Instituição Depositária.

V.26. Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2,0% (dois por cento) e juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso, encargos moratórios esses calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("**Encargos Moratórios**").

V.27. Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao cumprimento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro Encargo

Moratório, se a data de vencimento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou dia em que não houver expediente bancário nas cidades de Osasco e/ou de São Paulo, no Estado de São Paulo e/ou na cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.

V.28. Decadência dos Direitos aos Acréscimos. Sem prejuízo do disposto na Cláusula V.26, o não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de nenhum rendimento, acréscimo ou Encargos Moratórios, se houver, relativos ao período correspondente à data em que os recursos forem colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

V.29. Publicidade. Observados os prazos especificados na presente Escritura, todos os atos e decisões destinados aos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no jornal "Valor Econômico" e "Diário Oficial do Rio Grande do Norte" e através da rede mundial de computadores, por meio do site da Emissora (<http://www.cosern.com.br>), devendo esta avisar o Agente Fiduciário, antecipadamente, da realização de qualquer publicação. O anúncio de início e o anúncio de encerramento da presente Emissão poderão ser publicados no jornal "Valor Econômico" na forma de aviso resumido, conforme estabelecido pela Instrução nº 400/03, sendo obrigatoriamente disponibilizados, em sua íntegra, no website da Emissora acima indicado.

V.30. Imunidade Tributária. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Banco Depositário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

V.31. Comunicações. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama, nos endereços constantes abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem:

a. Para a Emissora:

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN

Rua Mermoz, 150, Bairro Baldo

Natal - RN

CEP: 59025-250

At. Diretor de Economia, Finanças e de Relações com Investidores – Sr. Erik da Costa Breyer

Telefone: (21)3235-9817

Fac-símile:(21) 3235-9883

E-mail: ebreyer@neoenergia.com

b. Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, 4.200 Sala 514 - Bloco 04

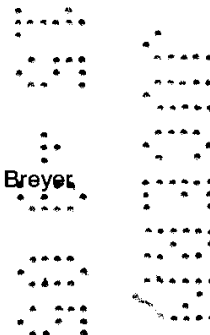
Rio de Janeiro – RJ

CEP: 22640-102 – Rio de Janeiro – RJ

At. Sr. Maurício Ribeiro

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046



E-mail: mribeiro@pentagonotrustee.com.br

c. Para o Banco Mandatário e Banco Depositário:

BANCO BRADESCO S.A.

Departamento de Ações e Custódia
Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º andar - Osasco
São Paulo – SP
CEP: 06029-900
At. Sr. Ailton Abel Galvão /José Donizetti de Oliveira
Telefone: (11) 3684-5133
Fac-símile: (11) 3684-2714
E-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br

d. Para a CETIP:

CETIP - CÂMARA DE CUSTÓDIA E LIQUIDAÇÃO

Av. República do Chile, 230, 11º andar
Rio de Janeiro - RJ
CEP 20031-170
Telefone: (21) 2276-7474
Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

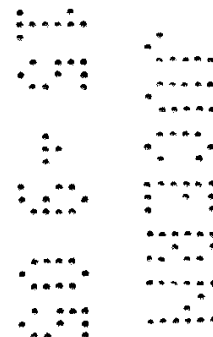
ou

Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar
São Paulo – SP
CEP 01009-000
Telefone: (11) 3111-1411
Fax: (11) 3115-1664}

e. Para a CBLC:

COMPANHIA BRASILEIRA DE LIQUIDAÇÃO E CUSTÓDIA:

Rua XV de Novembro, 275, 6º andar
São Paulo - SP
CEP: 01014-001
Telefone: (11) 3247-4824
Fax: (11) 3247-5260}



CAPÍTULO VI – DEFINIÇÕES DE TERMOS FINANCEIROS

VI. Para os fins desta Escritura, especialmente no que se refere ao disposto no item VII.2.1. abaixo (Hipóteses de Vencimento Antecipado através de AGD), aplicar-se-ão as seguintes definições, baseadas em demonstrativos elaborados com base nos princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil:

Assinatura manuscrita.



Assinatura manuscrita.

“Dívida Líquida”: significa o endividamento oneroso total menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

“EBITDA”: significa o lucro antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses ao qual deverá ser adicionado, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, a parcela da amortização da recomposição tarifária do racionamento;

“Resultado Financeiro”: significa a diferença entre Receitas Financeiras e Despesas Financeiras ao longo dos últimos 12 (doze) meses, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio. O Resultado Financeiro será apurado em módulo se for negativo e, se for positivo, será considerado “1”.

CAPÍTULO VII – DO VENCIMENTO ANTECIPADO

VII.1. Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático. O Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- a. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária perante os Debenturistas da Emissão, prevista nesta Escritura, não sanada em 2 (dois) dias úteis contado da data da inadimplência;
- b. (i) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora formulado pela Emissora e/ou pelos seus controladores COELBA (definição abaixo) e/ou Neoenergia S.A., esses na qualidade de controladores direto ou indireto da Emissora; (ii) pedido de auto-falência ou de falência da Emissora, seus acionistas controladores formulado pela Emissora e/ou por seus acionistas controladores; (iii) decretação de falência da Emissora, seus acionistas controladores; e ou (iv) liquidação da Emissora;
- c. pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou de seus acionistas controladores e não devidamente elidido pela Emissora e/ou por seus acionistas controladores, no prazo legal; ou
- d. término ou rescisão, por qualquer motivo, do Contrato de Concessão nº 08/97, celebrado entre a Emissora e o Poder Concedente (União), em 31 de dezembro de 1997, conforme aditado em 29 de novembro e em 18 de abril de 2005, relativo ao serviço público de distribuição de energia elétrica para o Estado do Rio Grande do Norte (“Contrato de Concessão”).

VII.2. Hipóteses de Vencimento Antecipado através de AGD. Observado o disposto na Cláusula VII.4, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos eventos abaixo, a AGD para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o quorum específico estabelecido na Cláusula VII.3, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- a. protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) que não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, salvo se (i) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, (ii) for cancelado, ou, ainda, (iii) forem prestadas pela Emissora, e aceitas pelo Poder Judiciário, garantias em juízo;



- b. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento de notificação escrita do Agente Fiduciário nesse sentido, sendo que esse prazo não se aplica a qualquer outra hipótese prevista neste Capítulo VII;
- c. vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, quando tais obrigações tornarem-se exigíveis, em valor agregado igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- d. alteração do controle acionário direto ou indireto da Emissora, sem que os Debenturistas previamente reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim aprovem referida alteração, exceto no caso da alteração do controle acionário da Emissora em razão do processo de desverticalização da Companhia de Eletricidade da Bahia – COELBA (“COELBA”), desde que a Emissora permaneça sob o mesmo controle indireto.
- e. cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora que possa, de qualquer modo, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes desta Escritura, excetuadas a cisão, a fusão e a incorporação quando previamente aprovadas pelos Debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim, observado o quorum previsto na Cláusula X.5, sendo que, nesse caso, não será admitida a opção de dispensa da realização de AGD prevista no §1º do artigo 231 da Lei nº 6.404/76; ou
- f. realização de qualquer pagamento de dividendos pela Emissora, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, ou de qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, caso esteja em mora relativamente ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão.-e

VII.2.1. Observado o disposto no Capítulo VI, configurar-se-á, também, hipótese de vencimento antecipado deliberado através de AGD, o descumprimento da seguinte obrigação:

- a. manutenção, pela Emissora, dos índices e limites financeiros a seguir: (a) Relação Dívida Líquida/EBITDA, não superior a 3,0; (b) Relação EBITDA/Resultado Financeiro, não inferior a 2,0.

VII.2.1.1. A apuração pelo Agente Fiduciário das relações previstas na Cláusula anterior deverá ser feita em relação a cada uma das demonstrações financeiras auditadas da Emissora, seja trimestral ou anual, até 5 (cinco) dias úteis após a sua disponibilização pela Emissora à CVM, na forma de legislação aplicável e de acordo com o disposto no item a.8 da Cláusula VII.2.1.2. abaixo.

VII.2.1.2. Os índices e limites financeiros estabelecidos no item VII.2.1.(a) acima serão apurados ao final de cada trimestre fiscal, sendo certo que, em caso de descumprimento, a Companhia terá até o final da próxima apuração pelo Agente Fiduciário, no próximo trimestre fiscal, para obter o seu restabelecimento.

VII.2.1.3. As obrigações previstas neste Capítulo VII vigorarão durante todo o prazo das Debêntures, até a Data de Vencimento, ou enquanto houver Debêntures em circulação.

VII.3. Após a realização da AGD mencionada nas Cláusulas VII.2 e VII.2.1, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, a menos que titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, de maneira independente, optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures,



observando-se o previsto no parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM nº 28/83.

VII.4. Pagamento. Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora pagará, conforme aqui previsto, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento, (ii) dos Encargos Moratórios, se houver, e (iii) de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

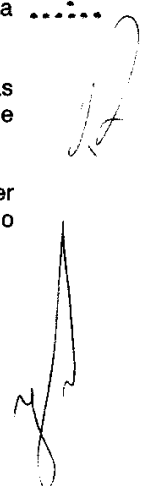
VII.5. Correção de Valores. Para fins de verificação do cumprimento das obrigações estabelecidas nos itens VII.2 (a) e (c) acima, os respectivos valores de referência serão corrigidos pelo IGP-M a partir da data de assinatura desta Escritura ou, à falta deste, por outro índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que reflita a perda do poder de compra da moeda nacional ocorrida no período.

CAPÍTULO VIII – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

VIII. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

a. encaminhar ao Agente Fiduciário:

- a.1. dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término de seu primeiro trimestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo trimestre social, bem como declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura;
- a.2. dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora, bem como declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura;
- a.3. cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas editadas pela CVM, inclusive a Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, nos prazos ali previstos;
- a.4. o anúncio da convocação e a ata de qualquer assembleia geral de acionistas da Emissora, bem como as atas das reuniões do conselho de administração, da diretoria e do conselho fiscal, que contenham deliberações que guardem relação com a presente Emissão, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da data em que forem (ou deveriam ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- a.5. na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos na Cláusula 14.29;
- a.6. na data de sua divulgação, qualquer fato relevante, divulgado nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002;
- a.7. os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas desta Emissão, no prazo de até 15 (quinze) dias, contado da respectiva data de vencimento;
- a.8. dentro de, no máximo, 3 (três) dias úteis após a disponibilização à CVM de qualquer informação trimestral (ITR) ou anual (DFP-IAN), devidamente auditadas, relatório



demonstrativo do cumprimento da obrigação prevista na Cláusula VII.2.1, detalhado em relação a cada um dos índices a serem observados, com a respectiva memória de cálculo e contas utilizadas;

- a.9. imediatamente, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, por escrito, pelo Agente Fiduciário;
- a.10. informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no Capítulo VII - Vencimento Antecipado, imediatamente após a sua ocorrência;
- a.11. anualmente, cópia dos relatórios de classificação de risco (*rating*) da Emissão que vierem a ser emitidos pela agência de classificação de risco (*rating*), no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da data de seu recebimento. Esses relatórios deverão ser entregues à CVM na mesma data em que forem enviados ao Agente Fiduciário em cumprimento a este item a.11.
- b. proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76 e pelas normas editadas pela CVM, inclusive pela Instrução CVM nº 207, de 1 de fevereiro de 1994, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- c. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- d. manter contratados, durante a vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária, o Banco Mandatário, os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e Bovespa-Fix) e a agência de classificação de risco (*rating*) previstas nesta Escritura;
- e. convocar a AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacionem com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- f. cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, inclusive o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;
- g. submeter, na forma da legislação aplicável, a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM, suas demonstrações financeiras;
- h. manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM e, bem assim, fornecer aos Debenturistas desta Emissão, quando assim solicitado, as demonstrações financeiras publicadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76;
- i. manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas desta Emissão, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- j. não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- k. notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que (a) possa causar interrupção ou suspensão relevante das atividades da Emissora, (b) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora; ou (c) cause alteração substancial, nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta



Escritura; e

- I. observar os limites de emissão prescritos no artigo 60, da Lei nº 6.404/76.

CAPÍTULO IX - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

IX.1. Nomeação. A Emissora nomeia e constitui a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, para Agente Fiduciário dos Debenturistas da Emissão objeto desta Escritura, que, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação, para, nos termos da legislação aplicável e da Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures. A Emissora declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

IX.2. Declarações. O Agente Fiduciário declara:

- a. não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei nº 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- b. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse, previstas no artigo 10, da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983;
- c. aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- d. aceitar integralmente os termos da presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições, tendo verificado a veracidade das informações nela contidas;
- e. estar devidamente autorizado, na forma da lei e de seus atos societários, a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações nela previstas;
- f. que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com suas cláusulas;
- g. que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não violam qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- h. ser instituição devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras.

IX.3. Substituição. Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do evento que a determinar, AGD da presente Emissão, para a escolha do novo agente fiduciário, a ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria AGD que escolher o novo agente fiduciário, observado o disposto na Cláusula IX.3.4.



IX.3.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá ele comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas desta Emissão, pedindo sua substituição.

IX.3.2. É facultado aos Debenturistas desta Emissão, após o encerramento do prazo para a distribuição pública das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

IX.3.3. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos na legislação aplicável, inclusive na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores.

IX.3.4. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a AGD desta Emissão não delibere sobre a matéria. Em hipótese alguma a remuneração do agente fiduciário poderá ser superior à ora avençada.

IX.3.5. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à Escritura, averbado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte.

IX.3.6. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data desta Escritura, ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

IX.3.7. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas desta Emissão, em forma de aviso, de acordo com a Cláusula V.29.

IX.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados pela CVM, em especial a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983.

IX.4. Deveres e atribuições. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- b. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão ou impedimento;
- c. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e. promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;



- g. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h. solicitar, à Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento e Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede ou o estabelecimento principal da Emissora;
- i. solicitar, às expensas da Emissora, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- j. convocar, quando necessário, a AGD da presente Emissão, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos termos da Cláusula V.29, observadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei nº 6.404/76, da regulamentação aplicável e desta Escritura;
- k. comparecer à AGD, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- l. elaborar, anualmente, relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - l.1. eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - l.2. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - l.3. comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - l.4. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - l.5. resgate, Amortização, aquisição facultativa, e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - l.6. acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - l.7. relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - l.8. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - l.9. declaração sobre sua aptidão para continuar o exercício da sua função de Agente Fiduciário;
- m. disponibilizar o relatório de que trata a alínea "l" aos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - m.1. na sede da Emissora;
 - m.2. no local por ele indicado;
 - m.3. na sede da CVM;



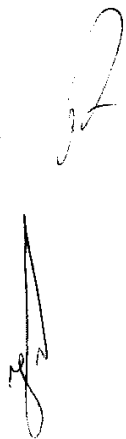
- m.4. na sede da Bovespa e da CETIP; e
- m.5. na sede da Instituição Líder;
- n. publicar, na forma da Cláusula V.29, anúncio comunicando aos Debenturistas desta Emissão que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "m";
- o. manter atualizada a relação dos Debenturistas desta Emissão, com endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária, à CBLC e à CETIP;
- p. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;-e
- q. notificar os Debenturistas desta Emissão, se possível individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, discriminando os procedimentos judiciais e/ou extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado ou esteja tomando para acautelar e proteger os interesses dos titulares das Debêntures. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
 - q.1. à CVM;
 - q.2. à Bovespa e à CETIP; e
 - q.3. à Emissora.
- r. coordenar o sorteio das Debêntures que forem resgatadas antecipadamente, se for o caso.

IX.5. Atribuições Específicas. Observado as disposições desta Escritura, o Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas desta Emissão e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, não sanado, se for o caso, nos prazos previstos no Capítulo VII:

- a. declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b. tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas desta Emissão;
- c. requerer a falência da Emissora, nos termos da lei brasileira; e
- d. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, ou, ainda, em qualquer procedimento judicial análogo aos previstos nesta alínea, que substituam ou complementem a atual legislação sobre falências e concordatas.

IX.5.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não-adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "c", da Cláusula anterior, se, convocada a AGO desta Emissão, aquela assim o autorizar, por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação. Para a hipótese prevista na alínea "d", da Cláusula anterior, bastará a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação.

IX.6. Remuneração. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que



lhe competem, nos termos da legislação aplicável e desta Escritura, remuneração paga de seguinte forma:

- (a) Parcelas anuais de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), devida a primeira em até 5 dias após a data de assinatura desta Escritura e as demais no mesmo dia dos anos subseqüentes;
- (b) O Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;
- (c) A remuneração prevista no item anterior será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (d) As parcelas referentes ao item "a" serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, e até as datas de pagamento de cada parcela seguinte, calculada *pro rata die* se necessário;
- (e) A remuneração não inclui as despesas razoáveis com publicações, transporte, alimentação, extração de certidões, viagens e estadias, necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome e acompanhadas dos respectivos comprovantes, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas razoáveis com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.
- (f) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2 % ao mês e juros de mora de 1,0 % ao mês, sem prejuízo da atualização monetária;
- (g) As remunerações serão acrescidas dos seguintes Impostos: ISS (Impostos sobre serviços de qualquer natureza), IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento; e
- (h) A remuneração cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do Agente Fiduciário em assembleias e/ou reuniões de Debenturistas ressaltando a possibilidade dos referidos eventos serem realizados na sede do Agente Fiduciário.

IX.7. Despesas. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que, comprovadamente, tenha incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas desta Emissão, ou para realizar seus créditos.

IX.7.1. O ressarcimento a que se refere a cláusula anterior será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a entrega, à Emissora, dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.



IX.7.2. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais, inclusive administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer, para resguardar os interesses dos debenturistas desta Emissão, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas desta Emissão e, posteriormente, conforme previsto em lei e na Instrução CVM nº 28/83, ressarcidas pela Emissora. Os recursos para o pagamento de tais despesas, a serem adiantados pelos Debenturistas desta Emissão, incluem, também, gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou, ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas da presente Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, decorrentes da sucumbência em ações judiciais, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas da presente Emissão, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência, por um período superior a 30 (trinta) dias, com relação ao pagamento destas, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas da presente Emissão para cobertura do risco da sucumbência.

IX.7.3. Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na Cláusula anterior os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, ficando desde já estipulado que caberá aos demais Debenturistas arcar com tal ônus, devendo os Debenturistas, então impedidos por lei de efetuar tais antecipações, reembolsar os demais Debenturistas quando receberem os valores devidos pela Emissora.

IX.7.4. As despesas a que se refere a cláusula IX.7 e seguintes compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- a. publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b. extração de certidões;
- c. locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- d. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

IX.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses, ou realizar créditos dos Debenturistas da presente Emissão, não saldado na forma ora estabelecida, será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

CAPÍTULO X – DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

X.1. Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

X.2. Convocação. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

X.3. Quorum de Instalação. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas titulares das Debêntures da presente Emissão, que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.



X.3.1. Para os fins de apuração do quorum de instalação em qualquer AGD, serão excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora, ou que sejam de titularidade, direta ou indireta, de sociedades sob controle comum da Emissora, sejam elas coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou de pessoas físicas que sejam controladoras bem como dos administradores de referidas sociedades.

X.4. Mesa Diretora. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures, ou àquele designado pela CVM.

X.5. Quorum de Deliberação. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas por debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, com exceção da modificação (i) da data de vencimento das Debêntures, (ii) das condições da Amortização, (iii) que diminua a Remuneração; ou (iv) que altere qualquer um dos *quori* de deliberação da AGD previstos na presente Escritura, as quais deverão ser deliberadas por Debenturistas que representem a totalidade das Debêntures em circulação, na forma do disposto no artigo 71, § 5º, da Lei nº 6.404/76, ressalvado o disposto na cláusula IX.5.1.

X.5.1. Para os fins de apuração do quorum de deliberação em qualquer AGD da presente Emissão, serão excluídos os votos em branco, as Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora ou que sejam de titularidade, direta ou indireta, de sociedades sob controle comum, coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas, e de pessoas físicas que sejam controladoras bem como dos administradores de referidas sociedades.

CAPÍTULO XI – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

XI.1. A Emissora declara e garante que:

- a. é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- b. os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- c. mediante a aprovação da ANEEL e da CVM mencionada no Capítulo II, está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e demais contratos relacionados à Emissão, e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- d. a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas ~~(d.1) não infringem nem resultam em vencimento antecipado ou na rescisão de qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora; (d.2) não infringem qualquer disposição legal; (d.3) não resultem na criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, (d.4) não infringem qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; (d.5) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;~~
- e. esta Escritura constitui obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, ~~exequível~~ de acordo com os seus termos e condições;
- f. os prospectos preliminar e definitivo ("**Prospectos**") contêm e conterão, no mínimo, ~~todas~~ as informações relevantes em relação à Emissora, nas respectivas datas de cada um dos



Prospectos, no contexto da presente Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;

- g. as declarações e informações contidas nos Prospectos prestadas pela Emissora com relação à Emissora, suas atividades, sua situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que os Prospectos foram elaborados de acordo com as normas pertinentes;
- h. as opiniões, análises e previsões expressas nos Prospectos em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- i. não há fatos relativos à Emissora, nas respectivas datas de cada um dos Prospectos, ou relativos às Debêntures não divulgados nos Prospectos, cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- j. as demonstrações financeiras da Emissora, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2002, 2003 e 2004, e as demonstrações financeiras relativas aos trimestres findos em 30 de junho de 2004 e 2005, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora, e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e a situação financeira da Emissora refletida Demonstrações Financeiras ora referidas não sofreu, até a data de assinatura desta Escritura, qualquer alteração relevante;
- k. observado o disposto nos Prospectos, a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- l. exceto pelas contingências informadas nos Prospectos, não há qualquer (I.1) descumprimento contratual, legal, judicial, administrativo ou arbitral; ou (I.2) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira ou outras, ou em sua atividade; e
- m. a Emissora possui todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas.

CAPÍTULO XII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

XII.1. Irrevogabilidade e Irretratabilidade. A presente Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

XII.2. Renúncia. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas desta Emissão, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedentes, no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.



XII.3. Despesas. A Emissora arcará com todos os custos (i) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CVM, no SND e no BovespaFix; (ii) das taxas de registro; (iii) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura e os atos societários da Emissora; (iv) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário e Banco Depositário, e agência de classificação de (*risco*); (v) despesas gerais (*out-of-pocket* – limitadas à R\$ 50.000,00); e (vi) despesas com assessoria jurídica.

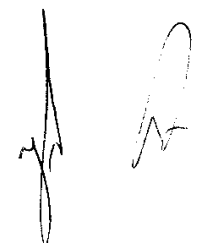
XII.4. Título Executivo. A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações neles encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

XII.5. Independência das Cláusulas. Caso uma ou mais cláusulas da presente Escritura sejam consideradas inválidas, ilegais, ineficazes ou inexecutáveis, em qualquer aspecto, as demais cláusulas aqui previstas permanecerão válidas, legais, eficazes e executáveis, até o cumprimento integral, pelas Partes, de suas obrigações, nos termos desta Escritura.

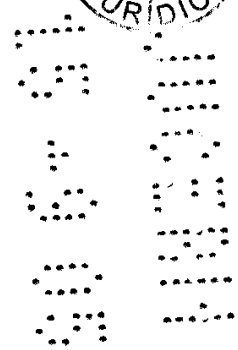
XII.6. Lei Aplicável. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

XII.7. Foro. Fica eleito o Foro do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir as questões oriundas da presente Escritura e da Emissão, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, certas e ajustadas, as Partes, obrigando-se por si e seus sucessores, celebram a presente Escritura em 4 (quatro) vias, de igual teor e forma, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo-assinadas.



[este espaço foi intencionalmente deixado em branco]



FOLHA DE ASSINATURA DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, QUIROGRAFÁRIAS, EM SÉRIE ÚNICA, DA COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2005.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN

Nome: José Arcésio Rodrigues Neto
Cargo: Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores

Nome: José Roberto Bezerra de Medeiros
Cargo: Diretor Presidente

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

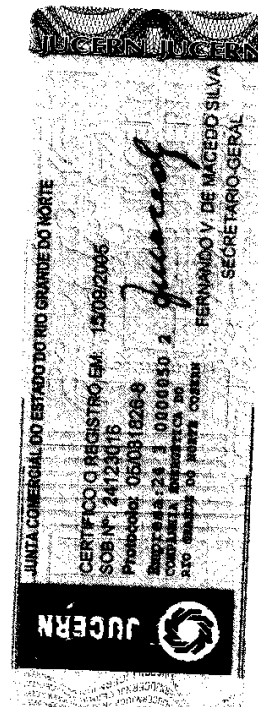
Nome: _____
Cargo: _____

Nome: _____
Cargo: _____

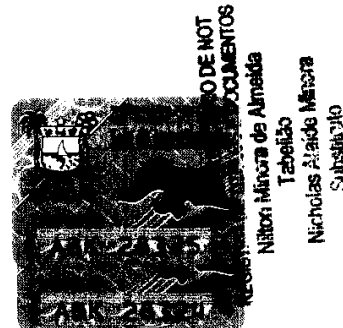
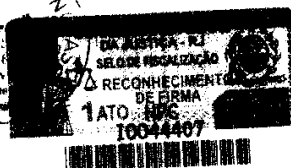
TESTEMUNHAS

1. Alexandre Alves da Silva
Nome: Alexandre Alves da Silva
RG nº: 08178110-2

2. Paulo Eduardo Soares da Silva
Nome: Paulo Eduardo Soares da Silva
RG nº: 533.618



Cartório do 219º Ofício de Notas, Travessa do Guvidor, 21 Centro - Rio de Janeiro. Tabelião: Ney Ribeiro. Reconheço a semelhança a firma de: MAURICIO DA COSTA RIBEIRO No: 14965 Rio de Janeiro, 13 de Setembro de 2005. Conf. por: Em testemunho da verdade. Serventia : 3.07 20% P.Judiciário: 0.61 Total : 3.58 Rodrigo Santiago - Substituto



Reconheço a(s) firma(s) de:
JOSÉ ARCESIO
RODRIGUES NETO
JOSÉ ROBERTO BEZERRA
DE MEDEIROS
Fernando Pedroza - RN, 13/09/05
Nicholas Ataíde Mincora
Substituto
Válido somente com selo de autenticidade